

## Relações Étnico-Raciais e Saberes Tradicionais: a Etnobotânica como ferramenta educacional

### Ethnic-Racial Relations And Traditional Knowledge: Ethnobotany as an educational tool

### Relaciones Étnico-Raciales y Conocimientos Tradicionales: la Etnobotánica como herramienta educativa

Ana Cristina Silva Daxenberger<sup>1</sup>

Aline Vitória Alves da Silva<sup>2</sup>

Jociane Sthefanny Tavares Silva<sup>3</sup>

Nathali Gomes da Silva<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente trabalho descreve parte das atividades realizadas no projeto intitulado “Formação docente na perspectiva da educação das relações étnico-raciais: contribuindo para as discussões dos aspectos exigidos pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008”, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Licenciatura. A proposta teve como objetivo trabalhar o ensino da biologia voltado para etnobotânica, considerando as relações étnico-raciais com os saberes tradicionais de matriz africana e indígena à temática proposta. As atividades foram realizadas com alunos da turma do 1º ano do ensino médio, com a finalidade de questionar o eurocentrismo do currículo da educação básica, além de promover nos alunos uma visão reflexiva sobre a valorização e importância da propagação dos saberes tradicionais. Os resultados mostraram que a etnobotânica pode ser uma estratégia educativa eficiente para se abordar a valorização da diversidade cultural. Além disso, o projeto contribuiu para a formação das/os licenciandas/os, ao proporcionar uma visão crítica-reflexiva sobre a atuação docente na construção de uma educação mais inclusiva, intercultural e antirracista.

**Palavras-chave:** Educação Intercultural. Saberes Tradicionais. Etnobotânica.

**Abstract:** At This paper describes some of the activities carried out in the project entitled "Teacher Training from the Perspective of Ethnic-Racial Relations Education: Contributing to Discussions on the Aspects Required by Laws 10.639/2003 and 11.645/2008," linked to the Institutional Program for Teaching Initiation Grants. The proposal aimed to develop biology teaching focused on ethnobotany, considering ethnic-racial relations with traditional knowledge of African and Indigenous origins in the proposed theme. The activities were conducted with first-year high school students, aiming to question the Eurocentrism of the basic education curriculum and foster a reflective perspective on the value and importance of disseminating traditional knowledge. The results showed that ethnobotany can be an effective educational strategy for addressing the appreciation of cultural diversity. Furthermore, the project contributed to the

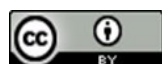
---

<sup>1</sup> Doutora em Educação Escolar pela UNESP. Professora do Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais, Centro de Ciências Agrária da UFPB. Membro do Neabi/UFPB. Professora do PPGL e Membro do GEPE (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial. Coordenadora do Prolicen

<sup>2</sup> Licencianda em Ciências Biológicas pela UFPB. Ex-bolsista do Prolicen/UFPB.

<sup>3</sup> Licencianda em Ciências Biológicas pela UFPB. Ex-bolsista do Prolicen/UFPB.

<sup>4</sup> Doutora em Educação pela UFPE. Professora do Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais, Centro de Ciências Agrária da UFPB. Colaboradora no projeto Prolicen/UFPB.



training of undergraduate students by providing a critical-reflective view of teaching practices in building a more inclusive, intercultural, and anti-racist education.

**Keywords:** Intercultural Education. Traditional Knowledge. Ethnobotany.

**Resumen:** Este artículo describe algunas de las actividades realizadas en el marco del proyecto "Formación Docente desde la Perspectiva de la Educación en Relaciones Étnico-Raciales: Contribuyendo al Debate sobre los Aspectos Exigidos por las Leyes 10.639/2003 y 11.645/2008", vinculado al Programa Institucional de Becas de Iniciación Docente. La propuesta tuvo como objetivo desarrollar la enseñanza de la biología con enfoque en la etnobotánica, considerando las relaciones étnico-raciales con los conocimientos tradicionales de origen africano e indígena en la temática propuesta. Las actividades se realizaron con estudiantes de primer año de secundaria, con el objetivo de cuestionar el eurocentrismo del currículo de educación básica y fomentar una perspectiva reflexiva sobre el valor y la importancia de difundir los conocimientos tradicionales. Los resultados mostraron que la etnobotánica puede ser una estrategia educativa eficaz para abordar la valoración de la diversidad cultural. Además, el proyecto contribuyó a la formación de estudiantes universitarios al proporcionar una visión crítico-reflexiva de las prácticas docentes en la construcción de una educación más inclusiva, intercultural y antirracista.

**Palabras clave:** Educación Intercultural. Conocimiento Tradicional. Etnobotánica.

## Introdução

A escola é considerada como um dos espaços sociais de ampla formação, onde as metodologias de ensino e aprendizagem não ficam restritas apenas a transmissão de conteúdos, mas também envolvem a construção de identidades, valores e jeitos de compreender e interagir com o mundo. Nesse ambiente, os professores e alunos compartilham suas experiências e conhecimentos, construindo juntos novos significados para a sua realidade.

Desse modo, torna-se indispensável reconhecer que a “escola é ainda espaço de discussão de problemáticas que atravessam os meios sociais, políticos, históricos e culturais, tendo em vista sua estrutura, os currículos e a diversidade que a compõem” (Silva, Silva, Daxenberger, 2024, p. 1). Incorporar esses diálogos no cotidiano escolar é essencial para reconhecer a pluralidade e promover um ensino que respeite a diversidade cultural e de saberes.

Sabe-se que o currículo escolar, historicamente, foi moldado por uma visão eurocêntrica, que negligenciava o conhecimento produzido por povos indígenas e negros em favor do conhecimento científico ocidental. Essa perspectiva é reflexo de um "projeto de nação racializado, no qual [...] não há espaço para negros, indígenas e mestiços, classificados ao longo dos séculos, cada vez com maior sutileza, como pertencentes a raças bárbaras" (Seyferth, 2002, p. 36).

Essas representações negativas dos marginalizados pela sociedade eram reforçadas, resultando na invisibilidade e na desvalorização de práticas tradicionais. Nas escolas coloniais, o "convencimento para adesão à visão de mundo, jeito de ser e viver do

colonizador era violenta" (Silva, 2003, p. 190), com crianças sendo obrigadas a desvalorizar suas próprias culturas e apagar a sua língua, cultura e religião. Isso causou uma educação que ao se tornar pública no Brasil, surge repressiva e discriminatória e que ao longo dos séculos vem reforçando uma ideia unitária e não diversificada, gerando "percepção de inferioridade que lhes seria inata e quase sempre incorrigível" (Santomé, 1997 apud Silva, 2007, p. 496) para os diferentes.

Dessa reflexão nasceu a ideia de trabalhar com a turma de 1º ano de uma escola pública de ensino médio da cidade de Areia/PB, na qual a etnobotânica fosse o eixo de entendimento entre ciência, cultura e diversidade. O objetivo central foi promover a compreensão da importância das plantas, não se restringindo aos conhecimentos biológicos, mas também social, histórico e cultural, destacando os saberes tradicionais de comunidades indígenas e afrodescendentes, fazendo jus a Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar.

Por isso, buscamos desenvolver atividades educacionais antirracistas para desconstruir estereótipos e incentivar à valorização da diversidade que compõe a sociedade brasileira. Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto Programa de Iniciação à Licenciatura (Prolicen) "Formação Docente na Perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais: Contribuindo para as discussões dos aspectos exigidos pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008" e os resultados alcançados por meio da sequência didática desenvolvida, além de uma palestra com material sobre povos indígenas ofertada aos estudantes da escola parceira.

Considerando isso, este artigo tem por objetivo relatar as ações e resultados alcançados por meio das ações didático-pedagógicas do Prolicen, à luz de fundamentos teóricos pautados em uma educação antirracista. Este artigo está organizado em 4 parte além desta introdução: i) revisão teórica na qual apresentamos os fundamentos de uma educação antirracista e pressupostos filosóficos e pedagógicos para a construção de práticas para uma educação intercultural; ii) o percurso metodológico, descrevendo o lócus das práticas, o público e as ações; iii) os resultados alcançados, no qual destacamos a importância do ensino da etnobotânica como facilitador no processo de uma educação intercultural; iv) por último as considerações finais, em que destacamos elementos essenciais sobre a importância do Prolicen na formação do licenciando em ciências Biológicas e a formação para o reconhecimento da diversidade e valorização das diferentes culturas.

## **Revisão Teórica**

Para compreender a discriminação que gira dentro da sociedade brasileira, faz-se necessário revisar aspectos históricos, os quais podemos afirmar que historicamente, no Brasil, não houve uma democracia racial. Nascimento (1978) denunciava que essa ideia

não passava de uma ficção ideológica criada para mascarar o racismo. Fernandes (1972) também apontava que tal concepção foi fomentada desde o período colonial como uma forma de distorção que buscava esconder desigualdades profundas. Reforçando ainda mais, Gonzalez (2020) diz que o mito na democracia racial apenas encobre a dura realidade vivida pelos negros no Brasil.

Para superar o preconceito, a discriminação e o racismo precisamos construir novas relações sociais, e a escola é instituição importantíssima nesse processo, ao se promover um currículo de relações (Daxenberger, Albino, Sá Sobrinho, 2023). A construção de uma educação antirracista e intercultural no Brasil precisa reconhecer as marcas da colonialidade que se perduram até os tempos atuais. Como afirma Silva, *et al.* (2024, p. 169), “A colonização se constituiu de uma forma tão profunda, que teve um impacto grande na história”. Nossa realidade cotidiana, embora moderna, continua a ser uma extensão da colonialidade (Oliveira e Candau, 2010).

As práticas pedagógicas, os currículos e os jeitos de produção de conhecimento permanecem fortemente ancorados em paradigmas eurocêntricos que excluem as culturas dos povos negros e indígenas. Esse processo se relaciona com o que Quijano (2007) vai denominar de “colonialidade do poder”, um jeito de denominar a associação da raça com trabalho e conhecimento para hierarquizar população e legitimar a supremacia europeia. Essa ideia, de acordo com os autores, vem acompanhada pela colonialidade do saber, que “reprime as formas de conhecimento não-europeias, negando o legado histórico e intelectual de povos indígenas e africanos” (Oliveira; Candau, 2010, p. 19).

Diante disso, a ideia de uma pedagogia que seja decolonial aparece como uma alternativa política. Trata-se, como diz Oliveira e Candau (2010, p. 27), de “uma práxis baseada numa insurgência educativa propositiva – portanto, não somente denunciativa –, em que o termo insurgir representa a criação e a construção de novas condições sociais, políticas, culturais e de pensamento”. Esse olhar se baseia nas “práticas educacionais de Paulo Freire, além das teorizações de Frantz Fanon sobre a consciência do oprimido e a necessidade de humanização dos povos subalternizados” (Oliveira; Candau, 2010, p. 28).

Nesse contexto, para Gomes (2017) a educação antirracista coloca uma perspectiva para uma educação que contemple um currículo afro referenciado na memória histórica das lutas dos povos negros e atitudes de combate ao preconceito, discriminação e racismo. Não pode ser reduzida a medidas pontuais, ou a apenas inclusão de conteúdos, mas deve se orientar pelo compromisso ético e político para combater o mito da democracia racial e valorizar as identidades negras e indígenas.

Nesse viés, as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 representam marcos importantes no processo de educação antirracista, ao decretarem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino. Porém, estudos mostram que sua implementação ainda é um desafio, trata-se de um processo lento e desigual,

reforçando a necessidade de uma formação docente crítica e comprometida (Silva *et al.*, 2024). Assim, a educação antirracista deve ser vista como uma forma de valorizar as contribuições históricas e culturais dos povos negros e indígenas.

Para Gomes (2012), educação antirracista busca questionar bases sobre as quais se constitui a identidade nacional e de promover práticas pedagógicas que reconheçam a pluralidade cultural como constitutiva do Brasil. Já Munanga (1999, 2005) alerta sobre a necessidade de romper com a ideia de mestiçagem como mecanismo de apagamento da negritude, enfatizando que a escola tem papel crucial na desconstrução desses processos.

A valorização da cultura, nessa compreensão, vem como elemento central para o enfrentamento das heranças coloniais. A literatura nos mostra que a invisibilidade das culturas negra e indígenas no currículo, não é apenas um descuido, mas é o reflexo da colonialidade do saber, que privilegia teorias do conhecimento eurocêntricas em detrimento de outras formas de conhecimento (Quijano, 2007; Mignolo, 2005). A inserção de práticas culturais afro-brasileiras e indígenas nas escolas possibilita a ressignificação da identidade e a superação da visão homogênea e hegemônica da história (Silva; Daxenberger, 2023).

É por esse caminho que se adentra a interculturalidade, entendida como prática que promove o diálogo entre diferentes saberes e identidades culturais. Para Candau (2009), a interculturalidade não deve ser limitada a atividades pontuais, mas ir além do currículo, da organização escolar, das linguagens e da relação entre a escola e comunidade. A perspectiva intercultural crítica que é fundamentada na pedagogia decolonial, vai propor a construção de espaços educativos que reconheçam o “direito à diferença” (Pierucci, 1999). Nesse sentido, Oliveira e Candau (2010) reforçam que uma pedagogia decolonial é inseparável da luta antirracista e da valorização cultural, pois ela questiona hierarquias coloniais de poder e saber.

Seguindo nessa perspectiva de valorização cultural, pode-se mencionar a importância do estudo da etnobotânica, que se define como a interação entre a natureza e os seres humanos, interação essa, que acontece desde épocas passadas, em que os seres humanos obtinham alimentação, vestimentas e materiais de construção a partir da natureza (Daxenberger *et al.*, 2015). Além disso, dentro da vasta diversidade de plantas presentes na natureza, as plantas medicinais exercem uma função essencial, sendo utilizadas para fins terapêuticos por povos originários e tradicionais. Muitas vezes, essas plantas são o remédio mais acessível para essas comunidades (Daxenberger *et al.*, 2015).

O uso e conhecimento das plantas medicinais para cura de doenças é repassado de geração para geração, geralmente por pessoas mais velhas. Essa transmissão de saberes promove a valorização da cultura tradicional referente ao uso de plantas medicinais, além da propagação desses conhecimentos. Para isso, as ideias de Silva (2022) e Silva *et al.* (2023), Quijano (2007); Mignolo (2005), Walsh (2021) se tornam base para a construção de

um currículo ancestral e decolonial valorizando as práticas culturais de povos silenciados no processo colonizador.

Segundo Argenta *et al.* (2011) os conhecimentos com plantas medicinais são datados ainda no período do Egito Antigo e na Grécia Antiga onde faziam uso de plantas para tratamento de doenças. No Brasil, ainda de acordo com esses autores, o primeiro registro oficial foi realizado pelos povos originários em meados de 1500. O conhecimento sobre o uso de plantas medicinais tem buscado preservar essa tradição. Por isso ao se propor uma formação docente, por meio de ações de iniciação à docência com práticas na perspectiva decolonial com um currículo ancestral, pode-se contribuir para o fortalecimento da identidade, e a construção de novas formas de ensinar e de criar relações sociais que façam sentido aos licenciandos e educandos da educação básica.

## **Metodologia**

O presente artigo trata-se de um relato de experiência, no qual apresenta as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto “Formação docente na perspectiva da educação das relações étnico-raciais: contribuindo para as discussões dos aspectos exigidos pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008”, vinculado ao Prolicen edição 2025. O projeto foi realizado na Universidade Federal da Paraíba, no Centro de Ciências Agrárias (CCA), Campus II, localizado na cidade de Areia, estado da Paraíba, com a participação de estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

A iniciativa teve como objetivo refletir sobre a formação docente em uma perspectiva antirracista, articulando as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008. Para a execução do projeto, os estudantes bolsistas e voluntários foram organizados em duplas, com apenas um integrante atuando individualmente. Ao todo foram 5 universitários envolvidos no projeto.

As atividades foram desenvolvidas em uma escola pública estadual localizada na zona urbana da cidade de Areia/PB, com uma turma do 1º ano do ensino médio, no turno da tarde, com a participação de três professores integrantes do projeto, uma professora de biologia da escola campo e quinze estudantes da escola pública e, especificamente, sobre este relato, foram dois licenciandos membros do Prolicen.

A escolha da escola e da turma ocorreu a partir de reuniões realizadas com toda a equipe do projeto para discutir textos, temas, horários e planejamento dos conteúdos que seriam abordados nas sequências didáticas. Em seguida, a equipe se apresentou à direção da escola selecionada, entregando uma carta de apresentação e explicando como o projeto seria desenvolvido como também a autorização para a realização do projeto na referida instituição. Depois disso, dialogamos com a professora responsável para definir o dia da execução e, com tudo organizado, iniciamos as atividades.

A escola, campo de desenvolvimento das ações do projeto, foi selecionada a partir de observações e escuta entre os participantes, uma vez que, após levantamento realizado pelos integrantes do projeto, foi constatado a ausência de debates sobre as relações étnico-raciais. As ações, por sua vez, foram conduzidas através de uma sequência didática, elaborada a partir das propostas dos discentes envolvidos, sob a supervisão da professora orientadora do projeto, em parceria com os demais professores colaboradores. O presente trabalho contempla, especificamente, a sequência didática voltada à temática da etnobotânica por meio de uma das equipes de estudantes universitários, bolsistas do projeto. Para fins didáticos, passaremos a conhecer as etapas desenvolvidas na sequência didática.

No primeiro momento, após a apresentação da equipe e objetivos do projeto, foi realizada uma palestra com estudantes da instituição escolar. Esse primeiro encontro teve como principal objetivo apresentar a cultura e a presença dos povos indígenas presentes no estado da Paraíba, a fim de ampliar os conhecimentos e contato com uma cultura presente na realidade da história do estado e do município. Na ocasião do encontro, os estudantes da educação básica participaram de uma roda de conversa com integrantes de comunidades indígenas que estudavam na universidade. A atividade foi acompanhada da entrega de um folder informativo sobre os povos originários que viveram e ainda vivem no território paraibano. Buscou-se como resultado a valorização das comunidades indígenas e desconstrução de estereótipos que reduzem a compreensão sobre os povos nativos, muitas vezes vistos apenas como habitantes das florestas e desprovidos de conhecimento. A ação ocorreu no mês de abril, em alusão ao Dia dos Povos Originários, celebrado, no Brasil, no dia 19 de abril. Destacamos que o folder foi elaborado pelos estudantes universitários após pesquisa bibliográfica sobre a temática.

Para além do primeiro contato com a turma, foram desenvolvidos outros 6 encontros, com o tempo de 2 aulas com 45 minutos cada encontro. A sequência didática se desenvolveu dentro da área de Ciências da Natureza, na disciplina de biologia, no eixo Vida e Evolução, como apresentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tendo como objetivo trabalhar a importância da etnobotânica no ensino de biologia, juntamente com as relações étnico-raciais, visto que isso ainda representa uma barreira significativa nas práticas educativas em escolas regulares. Considerando como destaque a construção de um currículo ancestral como anúncio da diferença proposto e já muito debatido por Daniel Mundukuru e Ailton Krenak (indígenas militantes) por meio de palestras, debates, entrevistas e livros publicados e embasados teoricamente nos estudos de Daxenberger, Albino, Sobrinho (2023), Silva e Daxenberger (2023), e Silva (2022).

Destacamos que a BNCC (2018) traz como habilidades relacionadas a essa temática:

(EM13CNT208) Aplicar os princípios da evolução biológica para analisar a história humana, considerando sua origem, diversificação, dispersão pelo planeta e

diferentes formas de interação com a natureza, valorizando e respeitando a diversidade étnica e cultural humana. (EM13CNT305) Investigar e discutir o uso indevido de conhecimentos das Ciências da Natureza na justificativa de processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade. (Brasil, 2018, p. 557 e 559).

Sendo assim, a sequência didática foi desenvolvida a partir dos seguintes temas: relação entre cultura e natureza; conhecimentos tradicionais e científicos sobre plantas; diversidade cultural e etnobotânica; preservação da biodiversidade e biopirataria; povos indígenas, quilombolas e saberes populares. As estratégias utilizadas contemplaram aulas expositivas e dialogadas, considerando o conhecimento prévio dos alunos, bem como a realização de atividades que contemplassem a diversidade da turma. Entre elas, destacam-se: pesquisas *online* sobre plantas trazidas do repertório dos estudantes; entrevistas com pessoas mais velhas para compreender a dimensão cultural do uso das plantas; elaboração coletiva de um quadro em sala sobre origem, utilização, nomes científicos e populares das espécies estudadas; apresentação de exemplares de ervas utilizadas no cotidiano dos alunos; produção de materiais pelos estudantes, a partir de suas pesquisas, em cartazes criativos para exposição; socialização desses trabalhos em conjunto com uma roda de conversa com uma ialorixá, também conhecida como “mãe de santo”; além da aplicação de questionários para avaliar os conhecimentos prévios da turma e as mudanças de percepção após a realização do projeto.

Em relação ao questionário de avaliação inicial sobre a temática, iremos apresentar as perguntas contextualizadas nos resultados e discussões no tópico seguinte. Cada uma das etapas de desenvolvimento metodológico será apresentada por encontros no tópico seguinte, assim como os dados discutidos à luz dos fundamentos teóricos.

O presente relato foi elaborado com base nos materiais coletados na escola, destacando, especialmente, as produções resultantes das atividades, os questionários aplicados, as observações realizadas pelas estudantes que atuaram com a turma e as discussões em torno da temática trabalhada. Nesse processo, foram valorizados os diálogos estabelecidos com os alunos e a equipe do projeto.

Para registro da prática e análise dos dados, foram utilizados registros feitos em fotografias e observações escritas em diários de campo, pelas alunas atuantes do projeto. Passaremos a conhecer os resultados obtidos.

## **Resultados**

Ao decorrer das atividades com a turma do 1º ano do ensino médio, percebemos que trabalhar a etnobotânica, associada às questões étnico-raciais e ao respeito à diversidade cultural, contribuiu para que os alunos reconhecessem a importância e compartilhamento dos saberes tradicionais. As atividades propostas durante os

encontros, tiveram o objetivo de questionar o eurocentrismo do currículo escolar e promover uma perspectiva de ensino baseada na pedagogia decolonial, segundo Candau (2009), Daxenberger, Albino, Sobrinho (2023), Mignolo (2005) Quijano (2007), Walsh (2021), Silva (2024) e Silva e Daxenberger (2023).

Os resultados obtidos ao decorrer da sequência didática mostraram não apenas a participação dos alunos nas atividades propostas, mas também, reflexões sobre temas historicamente ignorados pela educação formal, como os conhecimentos indígenas e afro-brasileiros relacionados às plantas medicinais. Foi possível identificar, por exemplo, que alguns estudantes desconheciam a origem cultural de determinadas ervas utilizadas no cotidiano, passando a reconhecer o valor histórico e científico dos saberes tradicionais durante os encontros. Abaixo descrevemos os dados de cada encontro no desenvolvimento das práticas educativas.

## **Encontros da Sequência Didática**

### **Encontro 1: Apresentação da temática e roda de conversa**

No primeiro momento, foi apresentada a temática do projeto “Formação docente na perspectiva da educação das relações étnico-raciais: Contribuindo para as discussões dos aspectos exigidos pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008”, fazendo uma relação com a importância das leis e com o tema que seria abordado na sequência - a Etnobotânica. Após esse primeiro momento, foi realizada uma sondagem sobre o que os alunos conheciam a respeito das plantas medicinais e aplicação de um questionário para se avaliar conhecimentos prévios dos alunos. O questionário era composto de cinco questões, abertas e fechadas, dentre elas pode-se citar a primeira pergunta: Você já ouviu falar no termo “etnobotânica”?, sobre os dados constatou-se ao obter 12 respostas que 25% de “sim”, 33% com “não” e 42% com “não tenho certeza”.

Os dados evidenciam que a maioria dos alunos nunca ou não tinham certeza de terem ouvido falar sobre o tema da Etnobotânica. A pergunta 2 era: Na sua casa ou comunidade, existe alguma planta usada como remédio caseiro? Qual e para que serve?. Em relação aos dados, constatou-se que a maioria dos alunos responderam que já haviam feito o uso de algumas ervas para fins terapêuticos, seja para melhora de cefaleia, ansiolítico, ou para melhora de problemas gastrointestinais e respiratórios. Entre as ervas citadas, destacaram-se: boldo (36%), limão com mel (23%), capim-santo (14%), espiriteira (14%) e camomila (13%).

Dentre as plantas citadas, o boldo obteve um maior percentual (36%), sendo utilizado para melhora de distúrbios gastrointestinais através de chás. As demais ervas também foram utilizadas em formas de chás, com exceção da planta espiriteira, que é comumente utilizada para banhos. Na pergunta 3, questionamos: Alguém mais velho já te ensinou algo sobre o uso de plantas (como chás, banhos, curas etc.)? Se sim, conte brevemente. Sobre os dados, alguns alunos responderam que as avós e mães tinham

ensinado sobre o uso das plantas medicinais. A pergunta 4: Você acha que os conhecimentos de povos indígenas e quilombolas e sobre plantas são importantes? Por quê?. Para a resolução dessa questão a maioria dos alunos não souberam responder. Com relação a pergunta 5: Cite uma planta que seja importante para sua cultura, família ou comunidade e explique por que. Nessa questão, alguns citaram plantas como boldo e camomila, porém não conseguiram explicar sobre a importância dessas ervas para sua cultura. Esses dados foram coletados de acordo com o questionário inicial e discussão durante a roda de conversa no primeiro encontro.

As respostas advindas dessa conversa inicial com os estudantes sobre o tema da sequência didática, puderam revelar que, apesar dos estudantes afirmarem não conhecerem o termo científico, a saber “Etnobotânica”, ao apresentarmos exemplos da realidade dos mesmos, tais como a utilização de chás, banhos a partir das ervas medicinais, observamos a presença de conhecimentos perpassados por mães e avós dos estudantes. Esses dados revelam a importância dos saberes ancestrais na formação da cultura e no compartilhamento de experiências das gerações presentes e futuras.

Um segundo destaque diz respeito à compreensão de que os saberes com relação às plantas medicinais, ainda se encontram presentes nas comunidades e nas famílias onde os participantes estão inseridos, mostrando, dessa maneira, a importância de se trabalhar esses temas dentro dos espaços escolares, com o intuito de relacionar o conhecimento popular aos saberes científicos, problematizando o lugar que esses saberes, historicamente ocupam no processo de ensino-aprendizagem.

Em terceiro lugar, faz-se necessário destacar que, segundo os estudantes, os saberes são perpassados, em sua maioria, por mulheres (mães e avós), reafirmando a forte presença das mulheres na composição familiar, como detentoras dos conhecimentos sobre os cuidados presentes nas plantas medicinais, para além da importância dessas mulheres na perpetuação desses conhecimentos.

Nesse sentido, os dados mostram que, embora o termo etnobotânica seja pouco conhecido pelos estudantes, os saberes sobre o uso das plantas medicinais continuam presentes no cotidiano familiar, sendo transmitidos entre gerações. Isso demonstra a colonialidade do saber (Quijano, 2007; Mignolo, 2005), destacando que esses conhecimentos, apesar de serem praticados ainda não são reconhecidos como saberes válidos no currículo escolar. Diante disso, torna-se importante trabalhar com práticas pedagógicas interculturais e decoloniais (Oliveira; Candau, 2010), que conectem conhecimentos populares e científicos, contribuindo para a efetivação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08.

## **Encontro 2: Sistematização dos saberes coletados**

Para o segundo encontro, foi proposto para que cada aluno apresentasse de forma coletiva, as pesquisas realizadas na escola durante o primeiro encontro, como também, a pesquisa realizada em casa com algum familiar mais velho sobre o uso das

plantas medicinais. Esse encontro teve como principal objetivo a socialização dos dados obtidos por meio de pesquisas na *internet*, além das respostas coletadas presencialmente com os familiares.

Na ocasião observou-se uma participação ativa e colaborativa de cada aluno, socializando suas respostas, escrevendo no quadro o nome popular e científico de cada planta pesquisada, além de mencionar sua origem e suas principais utilizações. Dentre as espécies listadas, ressaltaram a *Ruta graveolens* (arruda), a *Pimpinella anisum* (erva-doce) e a *Melissa officinalis* (erva-cidreira).

Durante a pesquisa, observou-se que a maioria dos alunos desconhecia tanto a origem quanto os aspectos culturais relacionados ao uso das plantas medicinais. Apesar disso, muitos relataram utilizá-las frequentemente, baseando-se no saber empírico transmitido por suas mães e avós. Essa observação foi confirmada através dos dados do questionário, no qual a maioria dos 12 alunos relataram ter aprendido sobre o uso dessas ervas com as figuras maternas, mãe e avó. Esse resultado corrobora com o ponto de vista de Rosa *et al.*, (2014), ao destacar que as mulheres mais velhas preservam e utilizam com maior frequência os saberes tradicionais de cuidado no ambiente familiar, principalmente, no preparo e uso terapêutico das ervas medicinais. Os dados da pesquisa apenas confirmaram os resultados dos questionários, aplicados no encontro anterior, alusivos aos conhecimentos prévios sobre o tema.

### **Encontro 3: Biodiversidade e conhecimento tradicional**

Com o objetivo de debater a importância da biodiversidade para o equilíbrio ambiental, além de abordar a temática de biopirataria e seus impactos sobre os saberes dos povos originários. Durante o terceiro encontro, a proposta foi desenvolvida por meio de exemplos de plantas nativas, como a copaíba, destacando a importância da preservação da biodiversidade relacionando-a com a diversidade cultural. Também foi discutido o conceito de “biopirataria”, prática que consiste no uso indevido de recursos naturais e dos saberes dos povos originários, sem autorização e sem que os povos tradicionais recebam benefícios pelo uso de seus conhecimentos. Desse modo, a temática foi trabalhada por meio de uma aula expositiva/dialogada, utilizando vídeos de pessoas indígenas falando sobre a relação e cuidado com a natureza.

A biodiversidade possui uma função essencial na regulação dos ecossistemas locais e globais, e sua redução compromete a adaptação dos seres vivos às perturbações ambientais (Rocha; Araújo, 2018). Além de ser importante para o equilíbrio ambiental, a biodiversidade gera retornos econômicos para o país, por exemplo. Destarte, a grande maioria dos biomas brasileiros, principalmente, o bioma Amazônia, tem uma vasta variedade de fauna e flora, porém, como menciona Rocha e Araújo (2018):

A grande diversidade do Brasil atrai pessoas e empresas de muitos lugares do mundo que lidam com o instituto da bioprospecção e, com essa prática, passam a pesquisar e explorar a biodiversidade da região, alguns de forma regular, mas outros de maneira ilegal. (Rocha e Araújo, 2018, p.64)

A citação acima, destaca que, mesmo diante de leis de proteção ambiental, a natureza continua sendo o foco de exploração. Além disso, os saberes tradicionais dos povos originários - adquiridos ao longo do tempo, por meio da convivência e a utilização dos recursos naturais de forma sustentável - também são afetados. Como afirmam Moreira da Silva, Machado Ribeiro e Ferreira (2021) citam:

A sabedoria indígena, à medida em que é enxergada pelo invasor, chama a atenção pelo valor inestimável dos produtos/conhecimentos que gera. Essa atenção está estreitamente vinculada a uma situação de exploração comercial. Logo, a preservação e valorização do saber indígena, do qual participa suas relações comerciais tradicionais, veem-se permanentemente ameaçadas. (Moreira da Silva, Machado Ribeiro e Ferreira, 2021, p. 6)

Desse modo, conforme os autores citados, a exploração não se limita apenas aos insumos naturais, mas estende-se aos saberes ancestrais, que são constantemente apropriados de forma indevida sem o devido reconhecimento aos verdadeiros detentores do conhecimento: os povos tradicionais. Sendo caracterizada como biopirataria. Nessa perspectiva, Moreira da Silva, Machado Ribeiro e Ferreira (2021, p. 14), reforçam que “em contexto de biopirataria, a comercialização ilegal é caracterizada pela utilização de conhecimentos tradicionais por intermédio de mercados consumidores capitalistas”. Diante disso, pode-se observar que as políticas públicas ainda são falhas no que se refere aos direitos culturais e proteção dos saberes empíricos desses povos.

Assim, foi explicado para os alunos os conceitos mencionados, abordando as vantagens dos povos tradicionais que se relacionam com a natureza. Como destaca Rocha e Araújo (2018), a presença dos povos tradicionais é fundamental para a conservação ambiental, tendo em vista as ações sustentáveis que realizam na natureza, pois esses povos não apenas retiram os recursos do meio ambiente, mas também contribuem para a reposição e preservação da biodiversidade.

#### **Encontro 4: Produção dos materiais**

Nesse encontro, foi proposto aos alunos a divisão da turma em grupos, cada um contendo três integrantes, o objetivo da atividade consistia em confeccionar materiais educativos sobre a temática estudada nos encontros anteriores, tais como cartazes, poesias e desenhos, por exemplo. Ficou a critério de cada grupo escolher o tipo de material que seria produzido; no entanto, todos os grupos optaram por fazer cartazes utilizando cartolina.

Foi observado que os grupos escolheram apresentar materiais advindos das atividades e debates desenvolvidos nos encontros anteriores, dividindo-os em três subtemas: Alguns grupos escolheram abordar sobre as espécies de plantas medicinais, que seriam coladas no cartaz. A segunda categoria de grupos decidiu falar sobre a culinária alusiva aos povos originários e africanos. Por fim, a terceira categoria de grupos escolheram apresentar sobre a arte indígena envolvendo as plantas em pinturas. Prática essa que, segundo Guebert (2018), estava presente na confecção de máscara em

ornamentos para o corpo, utilizando-se tintas produzidas a partir de recursos naturais, como vegetais e minerais.

Todos os temas abordados pelos grupos estavam relacionados aos costumes e tradições dos povos indígenas e afrodescendentes, com a finalidade de promover a valorização da identidade cultural desses povos. Durante a confecção dos materiais, os discentes mostraram entusiasmo e colaboração, mostrando o interesse em compartilhar os conhecimentos construídos em sala de aula sobre a diversidade cultural presente na vida dos povos tradicionais. A vivência da atividade proporcionou duas percepções sobre o desenvolvimento da sequência didática. A primeira delas diz respeito à importância da pesquisa realizada pelos estudantes sobre a cultura dos povos indígenas e africanos, visto que os estudantes foram estimulados a terem contato com pesquisa. A segunda percepção, trata-se dos conhecimentos que foram construídos e, agora, materializados em um cartaz com a finalidade de compartilhar o que se apresentou de maneira significativa para cada grupo.

Nesse sentido, a cultura e a arte, enquanto recursos pedagógicos, foram essenciais no processo de ensino e aprendizagem, permitindo que os estudantes expressassem de forma criativa os conhecimentos adquiridos durante a sequência didática. A confecção dos materiais educativos demonstrou a valorização dos saberes e práticas culturais indígenas e afrodescendentes, reconhecendo-os como construtores de sua história e cultura. Dessa forma, a participação dos estudantes destaca a importância de abordar arte e cultura na educação, pois, segundo Barbosa (2017), a arte e a cultura são fundamentais para o desenvolvimento crítico-cultural dos indivíduos, promovendo sua compreensão sobre diversidade e identidade cultural. Essas experiências mostram a importância de promover práticas educativas voltadas à valorização cultural e interação entre os diferentes grupos culturais.

Considerando os elementos didático-pedagógicos até o presente momento relatados, verificamos a necessidade de continuar com as práticas de valorização da cultura, resgate histórico e respeito à diversidade, sobretudo, aos povos originários e negro, tendo em vista os elementos culturais na perspectiva de uma educação intercultural e de enfrentamento ao racismo à luz de Candau (2009), Daxenberger, Albino, Sobrinho (2023), Mignolo (2005) Quijano (2005), Silva e Daxenberger (2023). Isso ocorreu diante da necessidade de formação de uma ética humana que por meio do interculturalismo é possível se construir uma ponte de relação, uma articulação social entre pessoas e grupos culturais e uma responsabilidade humanitária (Walsh, 2021).

#### **Encontro 5: Exposição cultural: “Saberes da Terra”**

O quinto encontro, foi realizado com o objetivo de expor os cartazes produzidos pelos alunos, seguido de um momento de socialização e roda de conversa com uma lalorixá, convidada local que apresentaria um debate sobre a utilização das ervas medicinais nos rituais religiosos, bem como a explicação sobre o cultivo dessas ervas.

Participaram desse momento alunos, servidores e a gestão da escola, promovendo uma interação cultural enriquecedora. Nessa ocasião, a turma do 1º ano apresentou seus cartazes aos convidados, explicando a importância da etnobotânica na valorização e preservação dos saberes tradicionais, ressaltando como a cultura étnico-racial está presente no cotidiano.

Durante a exposição, os alunos demonstraram que compreenderam não apenas o valor da diversidade cultural dos povos originários, mas também a responsabilidade de comunicar esses saberes às gerações futuras. Ademais, durante a socialização, foram compartilhados conhecimentos relacionados à temática do projeto, incluindo a degustação de chás e receitas tradicionais, além da demonstração de práticas com tinturas e banhos de origem indígena e afro-brasileira. Por exemplo, os chás de camomila, erva-cidreira e capim-santo, o bolo de milho, o beiju, assim como a produção de tinta corporal feita com carvão vegetal. Além disso, foi apresentada a planta conhecida como espiriteira, geralmente utilizada em banhos de limpeza espiritual. Ademais, vale ressaltar que as ervas e demais preparações foram trazidas pelos alunos, mostrando resultado do processo de aprendizagem desenvolvido ao longo dos encontros do projeto.

Após a exposição, foi realizada uma roda de conversa com a convidada Mãe Beta, lalorixá (“mãe de santo”) da região e pessoa respeitada na comunidade local. O convite teve como propósito valorizar os saberes tradicionais afrobrasileiros, em especial no que diz respeito ao uso plantas medicinais em seus rituais de religiões de matriz africana. Nesse sentido, Arruda *et al.*, (2019) ressaltam que:

As plantas tem uma grande influência no mundo religioso de origem africana. Elas estão presentes nos banhos de purificação, nas bebidas e comidas rituais, nas cremações em incensórios, nos remédios, charutos, cachimbos e cigarros, fazendo ainda parte dos orixás, ocasionando a cada um deles os poderes mágicos e curativos que lhes cabem. Dessa maneira, o poder de cura das plantas está relacionado ao poder que as divindades lhes atribuem. (Arruda, et al., 2019, p. 693)

Durante a roda de conversa, foram sanadas algumas dúvidas sobre o uso de plantas medicinais na religião, abordando questões como a forma de obtenção dessas plantas e como Mãe Beta havia adquirido seus conhecimentos. Em resposta, a líder espiritual explicou que as plantas possuem propriedades para limpeza espiritual e para manter o equilíbrio para o corpo, sendo utilizadas em banhos e chás. Ela mencionou, por exemplo, a arruda e a espiriteira, ervas que estavam sendo pesquisadas pelos alunos do 1º ano. Sua fala enfatiza o que Carlessi (2017), afirma ao destacar:

O banho é uma prática corriqueira na vida dos umbandistas e é acionado sempre que se deseja promover equilíbrios, mas não só isso. Alguns banhos são bastante específicos e utilizados em situações muito particulares. Durante as sessões de ‘passe e consulta’, por exemplo, os guias espirituais muito se valem dos banhos de ervas e invariavelmente indicam plantas e receitas para seus consulentes (Carlessi, 2017, p. 862)

Além disso, Mãe Beta relatou que muitas das plantas utilizadas em seus rituais são cultivadas em terrenos próximos à sua residência, enquanto outras são coletadas em área de mata fechada. Ela também respondeu que o conhecimento adquirido sobre o uso das plantas foi transmitido da sua avó para sua mãe e depois para ela, mostrando assim a importância da perpetuação dos saberes familiares culturais. Essa informação corrobora com a afirmação de Badke *et al.*, (2012), de que a figura feminina possui uma função principal na transmissão do conhecimento sobre plantas medicinais, além de incentivar o cultivo e a sucessão dessa prática no cuidado da saúde.

Destacamos com isso a relevância deste encontro como um todo, uma vez que houve a articulação entre teoria e sua importância para a prática. Os conhecimentos pesquisados e compartilhados, foram trabalhados nas suas diversas formas de utilização prática. Compreendendo que o uso das plantas medicinais, para além de contribuir com a saúde ou para o tratamento de doenças, está diretamente relacionado às práticas religiosas, identitárias e culturais dos povos indígenas e afrodescendentes. Essa compreensão ajuda-nos a entender que a formação do povo brasileiro é atravessada por culturas, saberes, religiosidade que ainda se fazem presentes em nosso meio social.

#### **Encontro 6: Reflexão e encerramento**

Para o encerramento do projeto, foi aplicado um questionário final contendo cinco perguntas discursivas. Para a primeira pergunta questionamos: Agora que você conhece o termo 'etnobotânica', como você o definiria com suas palavras? Na segunda solicitamos: Cite uma ou mais plantas usadas como remédio caseiro que você aprendeu ou passou a valorizar durante o projeto. Questionamos na terceira pergunta: O que você aprendeu com os saberes tradicionais (indígenas, quilombolas etc.) sobre o uso de plantas? Na quarta pergunta procuramos saber como você enxerga hoje a importância de valorizar os conhecimentos de povos tradicionais sobre a natureza? E, por fim, na quinta pergunta indagamos: O que mais te chamou atenção ou te fez refletir durante o estudo sobre etnobotânica?

Obtivemos de alguns alunos respostas que chamaram a nossa atenção e, diante da limitação deste artigo, destacamos alguns trechos. Para a primeira pergunta, a saber: Agora que você conhece o termo 'etnobotânica', como você o definiria com suas palavras? Os estudantes responderam: “é usada por nós no dia a dia”, “o estudo das plantas com os humanos”. Quando solicitados que citassem, na segunda pergunta, uma ou mais plantas usadas como remédio caseiro que você aprendeu ou passou a valorizar durante o projeto, as plantas citadas foram: boldo, camomila, espiriteira, capim-santo, erva-cidreira e arruda. Ao serem questionados na terceira pergunta sobre o que aprendeu com os saberes tradicionais (indígenas, quilombolas etc.) sobre o uso de plantas? Obtivemos as seguintes respostas: “que as plantas servem para muitas coisas, banhos, chás, curas”, “que cada um tem seu jeito de fazer, ou até segredos”. Com relação à quarta pergunta, a saber, como você enxerga hoje a importância de valorizar os

conhecimentos de povos tradicionais sobre a natureza? Os estudantes responderam: “para você conhecer mais sobre as plantas, para saber quais plantas usar”, “porque graças aos povos tradicionais sabemos para que cada planta serve”. Por fim, ao tratarmos da quinta pergunta sobre o que mais te chamou atenção ou te fez refletir durante o estudo sobre etnobotânica. Os estudantes responderam: “a palavra etnobotânica que nunca ouvi falar”, “saber a importância de conhecer mais a natureza, principalmente as plantas medicinais”.

Dessa forma, ao compararmos o primeiro com o último encontro, observa-se um conjunto de aprendizagens que contribuem significativamente com a formação dos discentes envolvidos no projeto. As respostas mostraram a compreensão que os alunos construíram acerca da importância de estudar e valorizar a diversidade cultural das diversas etnias, reconhecendo a relevância dos saberes tradicionais dos povos originários, além de compreenderem sobre a importância da preservação do meio ambiente. Ademais, foi perceptível a conscientização quanto à necessidade de propagação desses conhecimentos de geração após geração, contribuindo assim tanto a preservação das culturas tradicionais presentes na nossa sociedade.

O projeto do Prolicen contribuiu, consideravelmente, para a formação das/os licencianda/os, permitindo adquirir uma visão crítico-reflexiva sobre a responsabilidade social que os educadores possuem na construção de uma educação mais inclusiva e intercultural. Isso possibilita conectar os conteúdos teóricos da base do curso de ciências biológicas – nesse caso o trabalho com a etnobotânica – com as questões de valorização cultural, para que os alunos participem das questões socioculturais que estão presentes na nossa sociedade. Essa relação entre teoria e prática na perspectiva intercultural e de enfrentamento ao racismo, possibilita a construção de saberes e práticas na reconstrução de um currículo eurocêntrico para um currículo de epistemologia ancestral que valoriza os conhecimentos dos povos indígenas, quilombolas e afro diaspórico, tornando-se uma formação docente na perspectiva decolonial (Silva, 2024; Quijano, 2005; Daxenberger, Albino, Sobrinho, 2023; Walsh, 2021; Silva e Daxenberger, 2023).

Também, permitiu às/aos licenciandas/os adquirir uma visão mais ampla de que na ciência se deve considerar os conhecimentos tradicionais (empíricos) e não apenas os científicos. Dessa forma, ao longo dos encontros do projeto, foi possível observar que podemos estimular esse olhar crítico acerca da diversidade cultural, nos alunos da educação básica e no ensino superior. Em relação aos objetivos do Prolicen, conforme edital nº9/2025 da Pró-reitoria de Graduação da UFPB (UFPB, 2025, p.2), o projeto pode: “a. Contribuir para a constante melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura [...]; b. Incentivar a permanência dos(as) discentes nos cursos de licenciatura[...]; c. Contribuir para a efetivação da articulação entre os cursos de licenciatura da Instituição e as escolas de educação básica, públicas” por meio de propostas educativas no âmbito da prática investigativa e responsabilidade social.

## Considerações Finais

Durante o projeto, as licenciandas vivenciaram uma experiência que mostrou como trabalhar às questões de diversidade cultural e valorização dos saberes tradicionais na educação básica. Esses conhecimentos puderam despertar nos estudantes uma visão crítica e reflexiva sobre questões em torno da temática das relações étnico-raciais, considerando o respeito e a diversidade dos povos, historicamente excluídos.

Ao abordar sobre a etnobotânica com a turma do 1º ano do ensino médio, conseguimos relacionar conceitos científicos de ciências com a cultura de povos, historicamente, invisibilizados nos currículos escolares. Durante os encontros, com escuta ativa e o engajamento dos alunos durante os encontros, foi possível observar que o ambiente escolar pode e deve ser um espaço para estimular uma educação antirracista e menos preconceituosa quando se trata de diversidade cultural existente.

Além disso, o projeto mostrou que o ensino da biologia, especialmente, na área da etnobotânica, não se limita apenas ao reconhecimento das plantas e seus usos, mas representa uma ferramenta educativa relevante para a modificação de currículos que sejam mais inclusivos, capazes de quebrar estruturas coloniais existentes e estimulando para uma formação educacional que valorize a diversidade dos saberes locais e das culturas que constituem o nosso país.

## Referências

- ARGENTA, Scheila Crestanello; et al. Plantas Medicinais: Cultura Popular Versus Ciência. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**. Vol.7, N.12: p.51-60, Maio/2011. Disponível em: <https://www.ufpb.br/nepfhf/contents/documentos/artigos/fitoterapia/plantas-medicinais-cultural-popular-versus-ciencia.pdf>. Acesso em: 18 out./2025.
- ARRUDA, Deliane Andrade de; SOUZA, Bruna dos Santos; SANTOS, Viviane Galdino dos; LIMA, Laura Ana Alves de; SANTOS, Vanderléia Galdino dos. Uso de plantas medicinais na Umbanda e Candomblé em uma associação cultural do município de Puxinanã, Paraíba, Brasil. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, [S. l.], v. 5, pág. 692–696, 2019. DOI: 10.18378/rvads.v14i5.7624. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/7624>. Acesso em: 17 set. 2025.
- BADKE, Márcio Rossato; BUDÓ, Maria de Lourdes Denardin; ALVIM, Neide Aparecida Titonelli; ZANETTI, Gilberto Dolejal; HEISLER, Elisa Vanessa. Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 20, p. 246-252, 2012.
- BARBOSA, Ana Mae T. B. Educação e desenvolvimento cultural e artístico. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71713>. Acesso em: 19 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 02 de setembro de 2025.

BRASIL. Lei nº. 10. 639 de 09 de Janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 02 de setembro de 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Dispõe sobre a inclusão da obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial da rede de ensino. **Diário Oficial da União**. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf). Acesso em: 18 jan.2026.

CARLESSI, Pedro Crepaldi. Jeitos, sujeitos e afetos: participação das plantas na composição de médiuns umbandistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 3, p. 855-868, set.-dez. 2017. DOI: [10.1590/1981.81222017000300011](https://doi.org/10.1590/1981.81222017000300011).

Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 154-173.

DAXENBERGER, Ana Cristina Silva *et al.* Levantamento Etnobotânico e Utilização de Plantas Medicinais na Comunidade Negra de Camará/PB. In: DAXENBERGER, Ana Cristina Silva; SÁ SOBRINHO, Rosivaldo Gomes de. **A diversidade como princípio dos estudos étnicos-raciais**. João Pessoa: Gráfica e Editora Tempo, 2015. p. 83-96.

DAXENBERGER, Ana Cristina Silva; ALBINO, Ângela Cristina Alves; SOBRINHO, Rosivaldo Gomes de Sá. Um currículo de relações: análise de práticas de (auto)conhecimento e diversidade étnico-racial no espaço escolar. **Revista Educação e Emancipação**, v. 16, n. 3, p. 232–258, 20 Nov 2023 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/21460>. Acesso em: 14 set 2025.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUEBERT, Paulo Roberto. **Diversidade Cultural: as Artes Africana, Afro-Brasileira e Indígena na Educação Básica**. 2018. Universidade Internacional (Uninter), Canoinhas, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/175/PAULO%20ROBERTO%20GUEBERT%20RU%201311270.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 9 set. 2025.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 71-103.

MOREIRA DA SILVA, Matheus; MACHADO RIBEIRO, José Pedro; FERREIRA, Rogério. Biopirataria e explorações ocorridas no Brasil: um relato-denúncia de práticas criminosas contra povos indígenas. **Reamec: Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**, Cuiabá, v. 9, n. 1, p. e21031, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reamec/article/view/11668>. Acesso em: 21 out. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 15-40, abr. 2010.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-277.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago.; GROFOGUEL, Ramón. (Orgs.). **El giro decolonial**. Bogotá: Universidad Javeriana, 2007.

ROCHA, Maria Célia Albino da; ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso de. Biodiversidade brasileira: biopirataria e a proteção dos conhecimentos tradicionais. **Revista Direito UFMS**, Campo Grande, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/5484.v>Acesso em: 9 set. 2025.

ROSA, Patrícia Lima Ferreira Santa; HOGA, Luiza Akiko Komura; SANTANA, Mônica Feitosa; SILVA, Pâmela Adalgisa Lopes. Uso de plantas medicinais por mulheres negras: estudo etnográfico em uma comunidade de baixa renda. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, Brasil, v. esp, pág. 45–52, 2014. Disponível em: <https://revistas.usp.br/reeusp/article/view/103031>. Acesso em: 9 set. 2025.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Política educativa, multiculturalismo e práticas culturais democráticas nas salas de aula. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 4, 1997.

SEYFERTH, Giralda. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre racismo. In: SEYFERTH, G. et al. **Racismo no Brasil**. São Paulo: ABONG, Ação Educativa, ANPED, 2002. p. 17-44.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. e. Aprender a conduzir a própria vida: dimensões do educar-se entre afrodescendentes e africanos. In: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção.

(Org.). **De preto a afro-descendente:** trajetos da pesquisa sobre relações raciais no Brasil. São Carlos, EDUFSCar, 2003. p. 181-197.

SILVA, Aline Vitória Alves da; SILVA, Raiane dos Santos.; DAXENBERGER, Ana Cristina Silva. **A evolução humana como ferramenta para o reconhecimento da diversidade e cultura indígena/negra.** Relatório do Prolicen, 2024.

SILVA, Luciane dos. CURRÍCULO, CULTURA E ANCESTRALIDADE: o Projeto Africanidades como presente enunciativo. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 1–18, 2022. DOI: 10.15687/rec.v15i1.62867. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/62867>. Acesso em: 16 jan. 2026.

SILVA, Aline Vitoria Alves da; DOS SANTOS SILVA, Raiane; SALES, Emelyne Duarte; SILVA DAXENBERGER, Ana Cristina. FORMAÇÃO DOCENTE PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA: AÇÕES DO PROLICEN. **Ensaios Pedagógicos**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 168–187, 2024. DOI: 10.14244/enp.v8i1.325. Disponível em: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/325>. Acesso em: 2 set. 2025.

SILVA, Pedro Henrique Felix; DAXENBERGER, Ana Cristina Silva. Educação Multicultural, Ensino Médio e Formação Docente: intervenções didáticas para a valorização e ressignificação indígena. **Revista De Iniciação à Docência**, 2023. 8(1), e13359, 1-20.

UFPB. **Edital do Prolicen**, Nº 9. João Pessoa: Pró-reitoria de Graduação, 2024.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y pedagogía decolonial: insurgir, re-existir y re-vivir. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Educação intercultural na América Latina**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2021. p. 12-42.

\*\*\*

Recebido: 22.10.2025  
Aprovado: 08.05.2026  
Publicado: 30.05.2026